

Institucionalização de incubadora tecnológica de cooperativas populares em universidade pública no Brasil como parte de política pública¹

***Ana Lucia Cortegoso
Isabela Aparecida Lussi***

O desenvolvimento de iniciativas de fomento à Economia Solidária no Brasil

O desenvolvimento de iniciativas de economia solidária no Brasil ocorreu, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, amparado pelos sindicatos dos trabalhadores. A discussão da economia solidária avançou, principalmente nos sindicatos do ABC – região da grande São Paulo constituída pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, que tem uma grande concentração de indústrias – bem como na Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, em 1998, “aprovou a criação de um grupo de trabalho que iria iniciar as discussões sobre uma política da CUT para a economia solidária” (Magalhães e Todeschini, 2003, p. 138).

Como resultado desse grupo, foi constituído o Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT que deu origem à Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT (Magalhães e Todeschini, 2003). A ADS desempenha um papel importante no sistema de financiamento às cooperativas autogestionárias.

As iniciativas de apoio e fomento à economia solidária, amparadas pelos sindicatos, estiveram mais relacionadas ao surgimento de cooperativas ou outras formas de associação autogestionárias provenientes de processos falimentares; porém, é possível afirmar que também que tiveram influência no processo de criação de micros e pequenos empreendimentos e cooperativas urbanas e rurais não vinculadas às indústrias em vias de desaparecer.

Ao lado da ADS, outras iniciativas de fomento à economia solidária foram implantadas no Brasil durante a década de 1990, como é o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). As ITCPs são organizações vinculadas às universidades que objetivam a utilização dos recursos humanos das mesmas e o conhecimento nelas produzido para a formação, qualificação e assessoria de trabalhadores no desenvolvimento de empreendimentos autogestionários. Elas se fundamentam no princípio de que a universidade, ao

¹ Este texto foi apresentado no XXXXX

propor e executar um projeto de geração de trabalho e renda, desenvolve plenamente seus preceitos de extensão universitária (Guimarães, 2003).

Além da extensão, as ITCPs também estão comprometidas com as atividades de ensino, fundamentais para formar quadros de profissionais para atuar em empreendimentos ou nas entidades de apoio à economia solidária. Esta qualificação profissional propicia a ampliação do conhecimento sobre a realidade da economia solidária nos âmbitos nacional e internacional e a sistematização de dados sobre as experiências consolidadas a fim de gerar proposições teóricas que contribuam para a maior efetivação da economia solidária. Da mesma forma, respondem por produção de conhecimento, em suas múltiplas formas, como condição para o fomento da economia solidária, a partir de pesquisa sobre esta perspectiva e geração de tecnologia a serviço desta forma de organização para o trabalho e correspondente produção. Em 1999, as ITCPs foram integradas em rede com o intuito de promover a troca de experiências e a ajuda mútua entre as mesmas, além de aprimorar os métodos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (Singer, 2002).

As ITCPs tem tido papel de destaque no estreitamento da relação entre a universidade e a sociedade, principalmente de setores populacionais excluídos, ampliando e fortalecendo esse diálogo. A atuação dessas incubadoras universitárias alcança diversos atores sociais e múltiplas dimensões. As ações de maior destaque são aquelas relacionadas à incubação de empreendimentos, ao fortalecimento do movimento da economia solidária (por meio da construção de redes e fóruns em diversas instâncias da sociedade civil e do Estado), à maior representatividade política e ao desenvolvimento sustentável de base local ou regional (Cortegoso e Shimbo, 2005). Neste sentido, apresentam-se como importante instrumento de desenvolvimento de tecnologias sociais que pretendem minimizar a exclusão e ampliar a inclusão social.

As incubadoras universitárias organizaram-se, em geral, como programas de extensão, mesmo desenvolvendo, simultaneamente, processos de ensino e de produção de conhecimento e tecnologia. Dependentes, em geral, de financiamentos destinados a desenvolvimento de projetos com duração determinada, baseados em recursos internos e, predominantemente, externos à universidade, encontraram nesta condição de instabilidade uma de suas importantes limitações, considerando não existirem, desta forma, garantias de

continuidade de atividades iniciadas, a partir do término destes projetos, e a despeito dos ritmos particulares e necessidades destes novos empreendimentos em processo de constituição, que frequentemente encontram barreiras diversificadas e complexas para constituir-se e consolidar-se em um contexto franca e intensamente adverso a iniciativas econômicas por parte de pessoas pobres.

O movimento da Economia Solidária no Brasil

Há décadas vários setores da sociedade alertam para a necessidade de rever as relações de produção, bem como de consumo e de organização do trabalho, buscando a valorização integral do ser humano e do ambiente, em detrimento da supervalorização do capital financeiro. Na perspectiva de sociedades mais justas, o movimento da Economia Solidária vem se fortalecendo como uma das alternativas em resposta à crise econômica e de emprego, bem como ao enfrentamento de instabilidades sociais e ambientais. A importância da promoção de empreendimentos econômicos solidários foi confirmada com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo governo brasileiro, em junho de 2003. A SENAES é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e tem promovido o fomento da Economia Solidária no Brasil. Paralelamente, também tem sido criados Programas e Departamentos de fomento à Economia Solidária por algumas Prefeituras e governos estaduais. Um exemplo deste tipo de iniciativa é a do governo municipal de São Carlos - SP que, assumido pelo Partido dos Trabalhadores, em 2003, criou um órgão destinado a promover especificamente ações de apoio e fomento à Economia Solidária, inicialmente vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e, posteriormente, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e denominado o Departamento de Apoio à Economia Solidária.

Nos últimos anos a Economia Solidária tem sido identificada como um movimento do qual faz parte uma série de instâncias de organização da sociedade civil e governamental e instituições de fomento, além dos próprios empreendimentos de base essencialmente popular. Grande impulso foi dado à Economia Solidária a partir do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2003, evento que teve papel relevante na criação da SENAES, ao apresentar tal demanda ao recém-eleito e empossado Presidente da República, Luiz Inácio

Lula da Silva, por meio de ampla manifestação popular. A partir de então, a base deste movimento foi se constituindo pela criação dos Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e Brasileiro de Economia Solidária. Também fazem parte deste movimento os Centros Públicos de Referência em Economia Solidária²; associações e instituições de fomento como Unisol (CUT), Cáritas, Fase, Anteag; Redes de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (Rede Universitária de ITCPs e Unitrabalho), entre outros.

Políticas públicas de economia solidária no âmbito brasileiro

Embora a Economia Solidária tenha origem no cooperativismo, e compartilhe seus princípios originais, sua proposta se distancia tanto daquelas que, de forma fraudulenta, privam trabalhadores de seus direitos, quanto daquelas que, embora atendendo às condições e exigências legais para uma cooperativa, não mantém práticas capazes de garantir efetiva e democrática participação dos trabalhadores nos processos decisórios, posse ou controle dos meios de produção e distribuição equitativa de ganhos, tidos como aspectos fundamentais da autogestão. Desde o início ou fortalecimento do movimento, o arcabouço legal existente, ultrapassado (Lei 5.764, de dezembro de 1971), não atendia às necessidades do movimento estruturado a partir de significativo esforço popular e comprometido com emancipação de populações em desvantagem social histórica, sendo apenas um dos exemplos disso a previsão de um número mínimo de 20 pessoas para constituir um empreendimento, muito frequentemente excessivo para grande parte das atividades produtivas acessíveis à população com interesse na economia solidária. Da mesma forma, as entidades propostas como representativas do movimento cooperativista não atendiam às necessidades deste segmento e do movimento que se constituiu a partir da década de 1990 (Sistema Organização de Cooperativas Brasileiras, OCB). Por tais razões, um marco legal apropriado, como condição relevante, do ponto de vista do estabelecimento de políticas públicas, constituiu demanda da comunidade envolvida neste movimento. Demanda esta ainda não plenamente atendida, considerando as dificuldades encontradas para a aprovação de uma lei nacional, a despeito dos esforços empreendidos até o momento pela comunidade da economia solidária, inclusive com a formulação de uma proposta de iniciativa popular (<http://www.fbes.org.br/>?)

² Os Centros Públicos de Economia Solidária são instâncias fomentadas pelo governo federal. Atualmente existem 23 Centros em diversas cidades do país, dentre elas a cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, conta com o Centro Público de Economia Solidária "Herbert de Souza - Betinho" inaugurado em 26 de maio de 2008.

option=com_docman&task=doc_download&gid=1131), em processo de coleta de assinaturas, para encaminhamento às instâncias legislativas responsáveis.

Do ponto de vista legal, como dimensão do estabelecimento de políticas públicas, em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.690/2012, que disciplina as cooperativas de trabalho no País, regulamentando a relação entre a cooperativa, seus sócios e o mercado, nos contratos de prestação de serviços de forma continuada ou eventual. A lei traz, como avanço para os empreendimentos da economia solidária, a possibilidade de constituir uma cooperativa com o número mínimo de sete sócios.

Mesmo considerando apenas o ponto de vista legal, muitas são as necessidades já identificadas para que um avanço efetivo no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas em nível do Estado ocorra, e a economia solidária encontre condições pelo menos um pouco mais próximas daquelas que, muito frequentemente, beneficiam empreendimentos de cunho capitalista. O tratamento desigual dado a empreendimentos de economia solidária pode ser ilustrado pela forma como o Ministério Público do Trabalho lida com cooperativas de serviço, ao empreender, sistematica e duramente, ações para coibir a existência de cooperativas deste tipo, em particular aquelas que são acessíveis à população mais pobre. Moya (2013), em seu estudo sobre uma cooperativa de limpeza que atuou por mais de 10 anos, oferecendo ocupação e renda justa a mais de 250 famílias de um bairro de periferia em cidade do interior do estado de São Paulo, examina as questões de legalidade e legitimidade no contexto legal brasileiro, e suas decorrências para a população já historicamente prejudicada em suas oportunidades de acesso a direitos básicos de cidadania.

No que se refere ao estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária em outras dimensões além da legal, a criação da SENAES, a despeito dos limites que enfrenta pela restrição de recursos financeiros com que conta para gestão própria e pelo status que ocupa do ponto de vista de sua inserção na estrutura de gestão pública, tem produzido oportunidades relevantes de fomento à economia solidária, por exemplo a partir da articulação de agentes de financiamento e pela promoção de financiamento de atividades da economia solidária como área transversal (por exemplo, por meio de parceria com Ministério da Saúde para programa de Saúde Mental e Economia Solidária, com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome etc.), pelo financiamento direto de outros agentes de fomento à

economia solidária (como no caso do Programa Nacional de Incubadoras - Proninc), estruturação de sistema de informações sobre e para a economia solidária, implantação de centros públicos municipais de economia solidária etc. Apesar do impacto positivo para a economia solidária que tais ações têm alcançado, principalmente se comparado com a situação anterior à existência da secretaria, constituem política pública restrita ao nível de política de governo, ou seja, dependentes da vontade (ou falta de vontade) dos que, por um determinado período - aquele para o qual representantes de um ou mais partidos políticos foram eleitos - ocupam posições privilegiadas de tomada de decisões, sem desconsiderar, evidentemente, a força que pode ser alcançada por outros atores, a sociedade civil organizada entre estes.

A propósito da relevância da sociedade civil organizada em geral, e de movimentos sociais em particular, é ilustrativo da dinâmica da economia solidária, e sua relação com o poder público, a reação da comunidade da economia solidária à tentativa governamental de reunir em uma única secretaria especial iniciativas de natureza capitalista, micro e pequenas empresas, com empreendimentos de economia solidária, ocorrida em reforma federal implementada pelo governo Dilma Roussef. A proposta - assim como o processo por meio do qual ela foi elaborada, sem participação da comunidade e mesmo dos dirigentes da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que reiterou e defendeu suas especificidades, bem como as correspondentes demandas e necessidades reconhecidas pelo movimento como tais.

Proposição e implementação de políticas públicas em economia solidária: avanços e retrocessos em uma experiência municipal

A cidade de São Carlos, na qual está sediado o primeiro campus da UFSCar, é um município que, com história iniciada a partir de esforço de membros da comunidade universitária que deu origem, simultaneamente, à primeira cooperativa popular, genuinamente autogestionária, e à própria INCOOP, alcançou importante progresso em termos de condições favorecedoras ao desenvolvimento de empreendimentos e iniciativas de economia solidária.

Em termos de avanços, no período 2003-2012, contando com a ação articulada da INCOOP, do Departamento de Apoio à Economia Solidária, de empreendimentos e iniciativas de economia solidária pré-existent e que surgiram nesta década, foi possível criar um Fórum Municipal de Economia Solidária, com um importante papel político de articular os atores e interesses

deste campo no município, inserir a comunidade local no movimento nacional, implantar um Centro Público de Economia Solidária – a partir de parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária -, além de elaborar, aprovar e dar início à implantação de leis municipais de economia solidária, capazes de promover políticas públicas em nível de estado – e não apenas dependentes de governos específicos eleitos sob impacto de condições muitas vezes fortuitas, espúrias e não condizentes com as necessidades, principalmente, da população mais prejudicada do ponto de vista de direitos de cidadania. Uma lei cuja formulação contou com efetiva participação popular, tendo sido proposta e discutida por meio de procedimentos e práticas democráticas, e que levou à constituição do Conselho Municipal de Economia Solidária, com previsão ainda da criação de uma incubadora pública de economia solidária e destinação de recursos públicos para suas atividades.

Eleições municipais realizadas em 2012, contudo, modificaram o contexto político municipal, tendo assumido o poder executivo local candidato eleito por partido diverso daqueles que ocuparam as três gestões anteriores, e com marca ideológica expressivamente neoliberal. Suas ações têm levado, com frequência, à interrupção ou alteração de significado e direção em programas e iniciativas, mesmo com apoio popular e suporte legal, por serem, supostamente, apenas de interesse do grupo político anteriormente responsável pela gestão municipal, ou ou meramente por terem sido de sua iniciativa, categoria em que, considerando as manifestações e ações observadas, estão os interesses da comunidade da economia solidária. Designação de pessoa não familiarizada com a economia solidária, não capacitada para as práticas compatíveis com esta perspectiva ou mesmo simpatizante dela é uma das condições que representam ameaça aos avanços alcançados no período anterior. Ações de ingerência aos processos sob a responsabilidade do setor de apoio à economia solidária, por envolverem empreendimentos desta natureza por parte de gestores vinculados a outras pastas, como no caso das dificuldades que vêm sendo criadas para o funcionamento de cooperativa de coletores de resíduos sólidos e recicladores, são um dos resultados deste processo de neutralização do papel do setor que deveria dar apoio às iniciativas de trabalho autogestionário no município.

Os ataques aos interesses da comunidade de economia solidária, representados por ações do poder executivo local, embora estejam requerendo – e efetivamente

promovendo - um fortalecimento da organização política desta comunidade no âmbito municipal, por meio da retomada das atividades do Fórum Municipal de Economia Solidária, pouco ativo nos últimos anos, sinalizam claramente as dificuldades de implementar políticas públicas capazes de independer da vontade de um determinado governo e de representar um efetivo compromisso do Estado com a população pela qual deve zelar, que não pode ser reduzido aos interesses circunstanciais ou particulares de um ou outro partido político. Em São Carlos, o estágio alcançado pela implantação de uma lei municipal e, neste sentido, um compromisso de Estado, não tem sido suficiente para garantir o atendimento aos direitos que esta lei indica, e a mobilização social tem sido fator imprescindível para tentar evitar que o retrocesso nas condições que podem favorecer iniciativas de economia solidária seja ainda maior.

Este processo histórico evidencia, ainda, a importância de que outros atores sociais, menos sujeitos ao impacto de um sistema organizativo do Estado que facilita a confusão entre este e governos constituídos periodicamente pelo jogo eleitoral que, se pode trazer benefícios pela perspectiva de renovação e

Condições que evidenciam a necessidade de atenção e dedicação das universidades à Economia Solidária e às iniciativas universitárias neste campo

Pela relevância acadêmica e social da economia solidária, voltada para a promoção do desenvolvimento de populações historicamente excluídas, e pela limitada oferta de oportunidades e condições para geração de conhecimento e formação em relação a este tema, tem sido considerado fundamental que as universidades se dediquem a este fenômeno contemporâneo. Os aspectos que evidenciam a necessidade de atenção e dedicação das universidades à Economia Solidária e às iniciativas universitárias neste campo são:

- A Economia Solidária como campo de atuação em consolidação para diferentes tipos de profissionais de nível superior e recente área do conhecimento;
- Aumento da produção de conhecimento em Economia Solidária simultaneamente à incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuação no movimento da Economia Solidária;
- Existência de demanda por um novo profissional, o técnico de incubação ou

educador em Economia Solidária ou gestor público em Economia Solidária, para atender às demandas crescentes de grupos e de instituições públicas;

- Demanda por cursos de graduação em Economia Solidária, pois ainda não há oferta dos mesmos nas Universidades;
- Carência de oferta de cursos de especialização em Economia Solidária;
- Necessidade de formação e pesquisa multidisciplinar, envolvendo psicologia, economia, meio ambiente etc;
- Necessidade de capacitação de formadores e de trabalhadores para a Economia Solidária;
- Necessidade de formação de professores da rede de ensino fundamental e médio para fomentar a Economia Solidária;
- Necessidade de capacitação de gestores públicos e constituição de secretarias/departamentos municipais de Economia Solidária;
- Necessidade de fomento a Políticas Públicas locais de Economia Solidária;
- Necessidade de estrutura permanente (organizacional e física) para atendimento aos grupos.

Institucionalização das ITCPs: a experiência da Universidade Federal de São Carlos

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar), criada em 1998 como programa de extensão, iniciou, em meados da década 2000, esforços para avançar em direção à sua efetiva institucionalização; para tanto, a equipe elaborou um termo de referência no qual, além de apresentar um balanço de suas atividades, indicava suas propostas para o futuro, incluindo as atividades em desenvolvimento (incubação de empreendimentos econômicos solidários, produção de conhecimento e ensino de graduação por meio de disciplina específica), bem como curso de graduação e pós-graduação *stricto e latu sensus* no campo da Economia Solidária.

Este termo de referência, apresentado à administração superior da Universidade, passou a ser utilizado, por esta administração e pela equipe da Incubadora, como base para a busca de recursos e condições institucionais para a implantação de uma unidade conforme pretendido, por meio de apresentação da proposta de criação de uma unidade, inserida na estrutura universitária, a gestores do Ministério da Educação. A proposta estava baseada na expectativa de que o

projeto fosse acolhido e financiado, particularmente no que se refere à constituição de uma equipe dedicada exclusivamente às atividades referentes à Economia Solidária, como forma de implantar, em caráter experimental e pioneiro, este tipo de institucionalidade, percebido como potencial para outras universidades do sistema. Da mesma forma, foi apresentado à instituição um projeto de curso de graduação em Economia Solidária em processo de expansão de vagas patrocinado pelo Ministério da Educação – MEC, não selecionado neste momento dentro da UFSCar, mas mantido como possibilidade a ser retomada em outras oportunidades. Paralelamente, foram sendo buscadas parcerias com outras incubadoras de empreendimentos econômicos solidários na busca de alternativas para a institucionalização deste tipo de unidade, nas estruturas organizacionais.

Em 2010, sem ter conseguido ainda um avanço significativo na direção desejada, a equipe da INCOOP optou por não mais concorrer a editais para financiamento, a menos que a administração superior da UFSCar sinalizasse mais claramente com seu interesse e disposição para institucionalizar a iniciativa. A posição da equipe foi apresentada, em documento oficial encaminhado à Pró-reitoria de Extensão (a que se encontrava vinculada), sustentada pela exposição das dificuldades decorrentes do prolongado período em que a equipe, mesmo sem contar com pessoas especificamente destinadas a esta tarefa, vinha mantendo suas múltiplas atividades, que iam da prospecção de recursos junto a diferentes tipos de agências de fomento a atividades tais como as realizadas no âmbito da INCOOP, até as complexas gestões de projetos para os quais os recursos eram liberados, além das próprias atividades-fim previstas para alcançar os objetivos destes projetos. Grande ônus pessoal para todos os envolvidos (em termos de excesso de trabalho), riscos para a continuidade do atendimento a uma população já historicamente prejudicada e decepcionada com a atuação, entre outros atores sociais, da própria universidade, em função de situações de exploração sem contrapartida justa, como muito frequentemente é observado em projetos de pesquisa que se esgotam com o alcance dos objetivos acadêmicos de interesse ou necessidade de pesquisadores.

Como resposta a tal manifestação, a equipe responsável pela administração superior da UFSCar, por iniciativa do Magnífico Reitor, promoveu reunião conjunta com a equipe da INCOOP, na qual os presentes declararam apoio não apenas às atividades do grupo relativas à economia solidária, mas também às reivindicações

feitas no sentido da institucionalização da unidade, considerando os acúmulos existentes e o efetivo exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão por tempo suficiente para ser considerado como um programa permanente de ações acerca de um objeto de interesse acadêmico e social. Nesta oportunidade, foram também apresentadas informações sobre os limites institucionais para atendimento às demandas por condições necessárias para a efetiva implantação e consolidação das atividades, particularmente no que se refere à disponibilidade de servidores (técnico-administrativos e docentes) para compor uma equipe permanente de trabalho, dada a subordinação das universidades federais a um nível nacional único que define e implementa a gestão de pessoas no sistema. Neste sentido, e considerando que este sistema acumula anos de atraso mesmo na reposição de servidores falecidos e aposentados, que se juntam a ampliações na oferta de serviços e desenvolvimento de atividades, há já um déficit de mais de 500 servidores na instituição, mesmo considerando os já modestos padrões de proporção servidores/estudantes estabelecidos pela fórmula utilizada pelo Ministério da Educação como desejáveis para o bom funcionamento destas instituições. Mesmo diante deste cenário, contudo, a equipe da INCOOP decidiu encaminhar formalmente, à instância colegiada responsável por este tipo de decisão, solicitação para constituir uma unidade especial de ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto pelo plano de desenvolvimento institucional da UFSCar.

A equipe voltou a buscar recursos para suas atividades, por meio de concorrência em editais, apenas em 2012, a partir da aprovação, em agosto de 2011, pelo Conselho Universitário da instituição, da criação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), sucessor da INCOOP. A unidade está diretamente vinculada ao Gabinete da Reitoria da UFSCar, como unidade especial de ensino, pesquisa e extensão, com base em proposta de regimento interno elaborado pela equipe do NuMI, em consonância com normas e procedimentos da UFSCar.

Em termos de providências relacionadas à institucionalização do NuMI, a partir de sua aprovação em instância competente para tal medida, já foram implementadas: a) designação de contrapartida financeira específica para função de gestor da unidade, ainda não correspondente ao nível hierárquico adequado para este tipo de unidade pela indisponibilidade de vagas neste nível na

instituição, mas com previsão de que isto ocorra tão logo estejam disponíveis; b) participação de representantes do Núcleo em instâncias de planejamento superior da instituição, o que já vem ocorrendo em eventos da denominada “equipe ampliada da Reitoria”; c) destinação de verba destacada dos recursos da instituição para manutenção das atividades básicas das unidades acadêmicas e administrativas para gestão própria, para atendimento às necessidades do NuMI e em conformidade com normas e procedimentos institucionais, pela primeira vez, no ano de 2013.

Como condição para sua efetiva implantação, a destinação de vaga para servidor administrativo está prevista e elencada como parte das necessidades institucionais em processo de negociação pela Reitoria junto ao Ministério da Educação, não havendo contudo prazo para que seja atendida, tal como se dá em relação a muitas outras necessidades similares identificadas para o bom funcionamento de outras unidades da organização. Outras condições favorecedoras do funcionamento do NuMI estão sendo negociadas com a administração superior, e suas demandas passaram a fazer parte das iniciativas institucionais em oportunidades de apresentação de demandas ao MEC, para adequação e ampliação de infra-estrutura. Também como esforço para ampliar as condições de institucionalização e consolidação da unidade, a coordenação do NuMI pleiteou e conseguiu que fossem tomadas providências para que servidores aposentados, particularmente docentes, pudessem vincular-se, formalmente, a outro tipo de unidade que não departamentos acadêmicos, única alternativa disponível com base em normatização sobre a condição de professor voluntário. Uma portaria criando a condição de professor senior, recentemente publicada a partir de aprovação de proposta pelo Conselho Universitário, passou a possibilitar esta situação, que já deverá incorporar, de imediato, dois docentes que vêm, há anos, fazendo parte, informalmente, da equipe de trabalho do NuMI, e que terão agora pleno reconhecimento de sua colaboração.

Prossegue como barreira à plena implementação deste processo de institucionalização, contudo, a insuficiência de pessoas (servidores técnico e administrativos e docentes) para sustentar as atividades em andamento e previstas, ainda dependentes de recursos alcançados apenas mediante concorrência, em editais públicos. Revindicações nesta direção têm sido apresentadas em todas as oportunidades possíveis à administração superior, que

tem pela frente pelo menos mais três anos de gestão pela reeleição da chapa encabeçada pelo atual Reitor; tais demandas encontram-se na pauta desta administração, e algumas tem sido atendidas a partir do empenho direto da Reitoria, por iniciativa do Reitor e esforço da Chefia de Gabinete.

Do ponto de vista de sua organização interna, a equipe do NuMI iniciou um processo de reestruturação, tanto do ponto de vista de instâncias e procedimentos de funcionamento, quanto de objetos e equipes, como condição para melhor atender a seus objetivos de ensino, pesquisa e atendimento à comunidade, e respeitando tanto resultados que vêm sendo produzidos até o momento quanto conhecimento disponível sobre os fenômenos a que se dedica.

Do ponto de vista de instâncias e procedimentos, e aproveitando a disponibilidade de pessoas especificamente contratadas, com recursos obtidos em projetos ganhos ao participar em editais, foi constituído um grupo gestor, composto pela coordenadora e vice-coordenadora, uma estagiária de nível superior cedida pela instituição e técnicos de nível superior. Este grupo realiza atividades diversas, como: prospecção de editais e outras fontes de recurso e elaboração de projetos; gestão de recursos dos vários projetos e internos; preparo, moderação, registro de reuniões; sistematização e encaminhamento de documentos relativos oficiais e de comunicação da equipe; controle e manutenção de patrimônio; apoio para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das equipes responsáveis pelas Linhas de Ação. Esta equipe reúne-se pelo menos a cada quinze dias, elabora propostas em temas de sua competência e submete suas propostas à equipe, que se reúne semanalmente.

A equipe, composta por docentes, técnicos (servidores e contratados por projetos), alunos de graduação e pós-graduação vinculados ao NuMI realiza reuniões semanais, nas quais são tomadas decisões sobre aspectos diversos pautados pelas equipes. Uma vez por mês a reunião destina-se a discutir e compartilhar informações relacionadas às Linhas de Ação, conforme necessidade advindas das atividades específicas destas linhas ou do processo de implantação delas. O procedimento para tomada de decisões nestas reuniões (como, de resto, em outras instâncias similares do NuMI) é, preferencialmente, o consenso, e não tem havido necessidade de utilizar outros procedimentos, ainda que não esteja descartada a possibilidade de votação.

Em relação às atividades relacionadas a objetos específicos dentro da economia solidária, a equipe vem definindo, caracterizando e implantando um conjunto de Linhas de Ação. Cada Linha de Ação corresponde, de acordo com o Regimento Interno da unidade, ao:

“conjunto de ações construídas e conduzidas de forma interdisciplinar, multiprofissional, baseadas na integralidade e centradas na população-alvo, integrando ações de assessoria e consultoria, produção de conhecimento e de educação voltadas para desenvolvimento humano a partir dos princípios da Economia Solidária, considerando as especificidades de grupos e/ou necessidades individuais da população-alvo, respeitadas suas singularidades, subjetividades e conforme um projeto previamente elaborado e negociado entre profissionais e população-alvo.” (NuMI-EcoSol, 2012).

No Quadro 1 podem ser vistas as Linhas de Ação indicadas pela equipe até o momento.

Quadro 1. Linhas de Ação do NuMI-EcoSol em sua fase de implantação.

- *EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA*
- *MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *RELAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL*
- *ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM FINANÇAS SOLIDÁRIAS*
- *FOMENTO À CONSTITUIÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *INSERÇÃO LABORAL DE PESSOAS EM DESVANTAGEM SOCIAL POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *REDES DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS*
- *DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CONSULTORIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA*
- *RELAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS*

Algumas das linhas de ação correspondem a continuidade de frentes (ou formas) de atuação da INCOOP até 2012, tais como “Educação, Saúde e Cidadania”, “Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária”, “Formação em EcoSol”, Inserção laboral de pessoas em desvantagem social por meio da Economia Solidária, e “Economia solidária e desenvolvimento territorial”, sendo que este último constituiu, no período de 2007 a 2012, a base para desenvolvimento das ações de incubação de empreendimentos solidários. Algumas linhas

correspondem à consolidação de ações realizadas pontual ou esporadicamente como frentes de atuação desejáveis, tais como “Movimento de Economia Solidária” e “Relação e articulação de parcerias”. Algumas foram propostas como novas frentes, a partir da identificação de necessidades, demandas ou interesses, da equipe, da população ou da Economia Solidária, tais como “Fomento à constituição de novos empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária”, inclusive fora da área de atuação com objetivo de desenvolvimento territorial em andamento, “Redes de empreendimentos econômicos solidários”, inicialmente visando a cadeia produtiva de resíduos, “Desenvolvimento de ações de consultoria em economia solidária”, e “Relações de comercialização e consumo em Economia Solidária”.

Embora não existam equipes constituídas para todas as Linhas de Ação Propostas, a equipe indicou pelo menos uma pessoa de referência em cada uma delas, com a responsabilidade de elaborar, para discussão pelo conjunto dos membros do NuMI, uma descrição inicial da Linha de Ação, indicando: 1) Denominação; 2) Objeto; 3) Componentes da equipe (considerando quadro atual de participantes do NuMI, interesses manifestos, compromissos assumidos etc.); 4) Principais atividades, considerando Ensino, Pesquisa e Extensão e integração destas atividades; 5) Produtos esperados das atividades da linha; 6) Articulações necessárias (parcerias internas e externas, proximidades como outras linhas de ação etc.); 7) Necessidades para implantação da linha, considerando recursos existentes, prazos de finalização de projetos que mantém tais recursos etc.; 8) Cronograma de implantação da linha.

As definições das Linhas de Ação, como representações das decisões da equipe sobre suas estratégias de ação para a implantação do NuMI, com respeito e consideração a sua história, ao conhecimento acumulado neste processo e advindo do avanço da Economia Solidária em suas múltiplas manifestações e a partir do trabalho de seus diversificados atores, tem subsidiado também a busca de recursos, de modo que estes possam efetivamente contribuir para os objetivos propostos para o NuMI e para a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão com as quais a unidade está comprometida. Ao participar de Edital com recursos do Ministério da Educação e Cultura (ProExt-MEC), com previsão de recursos para 2013, a equipe NuMI conseguiu ver aprovadas propostas para dois programas, com recursos de 150 mil reais cada, para implementar atividades no

âmbito do Desenvolvimento Territorial com Economia Solidária, Ampliação e Diversificação de Ações em Economia Solidária (incluindo ações de formação, consultoria e constituição de novos empreendimentos e iniciativas em economia solidária) e três projetos, com recursos de 50 mil reais cada, para desenvolvimento de ações no âmbito da constituição de redes na cadeia de resíduos, comercialização e consumo em economia solidária e inserção laboral de pessoas usuárias de serviços de saúde mental.

Do ponto de vista do avanço de sua institucionalização, contudo, a equipe vem pleiteando e aguarda, como resultado de suas negociações, a participação formal de representante do NuMI em instâncias deliberativas na instituição, aumento do valor da cota de recursos orçamentários para gestão própria, contratação de técnicos de nível superior e administrativos para compor a equipe estável da unidade (o que depende, em grande parte, de liberação de vagas pelo Ministério da Educação) e a destinação de contrapartida financeira para chefia da unidade correspondente ao nível hierárquico deste tipo de unidade na instituição, tornando possível, assim, a ocupação deste cargo por pessoas de fora do quadro de servidores ativos, vinculadas a ela como professores seniores.

Como forma de avanço de sua inserção acadêmica, a equipe planejou e oferta, para início em setembro de 2013, curso de especialização destinado à formação de gestores públicos e outros agentes de fomento da economia solidária, como condição para ampliar a rede de suporte a este campo, em nível local e regional. Em iniciativa inédita, que contará com suporte financeiro direto da instituição, o curso será oferecido com caráter de gratuidade, sendo os gastos correspondentes à sua realização cobertos pela instituição, via Pró-Reitoria de Extensão, como forma de ampliar e democratizar o acesso à esta oportunidade de formação. O curso, tal como já ocorrera no caso do projeto de curso de graduação formulado anteriormente, faz uso do método da alternância, com os participantes realizando atividades presenciais intercaladas com períodos de desenvolvimento de atividades práticas, supervisionadas, em seus contextos de origem, de modo a fomentar iniciativas de economia solidária em tais situações. Vinte por cento das vagas foi reservado, ainda, para agentes de fomento, já atuantes ou potenciais, oriundos da região em que está sendo implantado novo campus da UFSCar, denominado Lagoa do Sino, como parte de um processo que poderá resultar na criação de um curso de graduação com esta temática.

Em relação ao novo campus, e atendendo a uma demanda institucional de desenvolvimento de atividades de extensão como estratégia preferencial para a constituição de um campus universitário efetivamente voltado para o atendimento às necessidades, interesses e potencialidades da população da região em que o novo campus se estabelece, a equipe NuMI propôs e desenvolverá um conjunto de atividades, no decorrer do segundo semestre de 2013, voltado para obter informações relacionadas a condições favorecedoras e desfavorecedoras para o desenvolvimento da economia solidária na região e apresentar esta possibilidade de organização para o trabalho, a partir da autogestão aos que ali vivem, tanto no que se refere à população local quanto a gestores e agentes de fomento. Deste processo, é esperado que seja possível construir projetos conjuntamente com estes atores sociais, dentre os quais podem estar incluídas atividades formativas, inclusive de graduação, voltadas para a capacitação em economia solidária, de modo a qualificar seus principais atores para assumir o protagonismo que esta proposta implica.

Referências

CORTEGOSO, Ana Lucia e Ioshiaqui SHIMBO (2005). *Empreendimentos Solidários, Universidades, Movimentos Sociais e Gestores Públicos: Articulação de Esforços na Promoção da Economia Solidária no Brasil de Hoje*. Trabalho apresentado na 2ª Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos, Montevideo, Uruguai.

GUIMARÃES, Gonzalo (2003). *Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda*. Em: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. p. 111-122. (Coleção economia).

MAGALHÃES, Reginaldo Sales e Remígio TODESCHINI. (2003) *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. Em: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. p. 135-158. (Coleção economia).

SINGER, Paul (2002). *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. Em: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 81-129.

